



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.014705/2023-46

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 10.024/2019.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber: Lei nº 8.666, de 1993, arts. 14 a 16; art. 40, §4º; art. 60; 62, §4º, e art. 73, II; Decreto nº 10.024, de 2019; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.892, de 2013; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 40, de 2020; Instrução Normativa Seges/ME n. 73, de 2020; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de reagentes e produtos laboratoriais visando a realização de hemogramas por um período de 12 meses com entrega de aparelhos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Equipamentos a serem fornecidos via Comodato

1.2.1. Analisador hematológico automatizado veterinário;

Item	Código	Descrição	Descrição Complementar	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Aceitável	Valor total Máximo Aceitável
1	382.161	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO*, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA EQUIPAMENTO HEMATOLOGIA - HEMOGRAMA, COMPONENTES ADICIONAIS CONTROLE DE QUALIDADE, TRÊS NÍVEIS	Kit Reagente para realização de Hemograma	TESTE	5500	R\$ 6,90	R\$ 37.950,00
Total do Item 1							R\$ 37950,00

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

1.3.1. As especificações foram retiradas do código CATMAT, e as descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e

imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.4. *Em obediência ao art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 3º, XI, alínea "a.1", do Decreto nº 10.024/2019, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.*

1.5. O critério de julgamento será o menor preço por item.

1.5.1. Todos os reagentes deverão ser da mesma marca do equipamento, em suas embalagens originais, lacrada de fábrica, prontos para uso, não necessitando reconstituição, mistura e nem troca de frascos para uso, estáveis nas condições mencionadas nas respectivas bulas. As embalagens devem ter a clara identificação do produto acondicionado, condições de armazenamento, número do lote, prazo de validade, procedência e número do registro no ministério da saúde.

1.5.2. Os kits e os referidos equipamentos listados serão utilizados para atender, diariamente, as análises solicitadas pelos setores de atendimento clínico a animais de companhia, atendimento clínico a animais silvestres, atendimento clínico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento clínico a equídeos, atendimento cirúrgico a animais de companhia, atendimento cirúrgico a animais silvestres, atendimento cirúrgico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento cirúrgico a equídeos, atendimento obstétrico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento obstétrico a animais de companhia, atendimento de urgência e emergência a animais de companhia e Serviço de Unidade de Terapia Intensiva. Além dos setores citados o laboratório atenderá os programas de pós-graduação da FAMEZ e de outras Faculdades. As atividades que serão desenvolvidas, utilizando esses kits e equipamentos, são capazes de interligar a Universidade com as demandas da população e permitir o contato de toda a comunidade acadêmica com a rotina de um laboratório de análises clínicas. Essa atuação causará forte impacto na melhoria das condições do ensino, assim como difusão de conhecimentos científicos, articulados a princípios éticos e de cidadania e garantirá a formação de médicos veterinários aptos, a partir das habilidades adquiridas, com potencial para contribuir na promoção da saúde animal e humana, indicada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina Veterinária.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. 4029651

2.2. O Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (HOVET/FAMEZ/UFMS) presta serviço de atendimento clínico a diferentes espécies animais e se propõe a oferecer, de maneira responsável, uma assistência ágil, prática, atualizada e de qualidade, respeitando as exigências legais. Para isso essa solicitação se justifica já que, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAMEZ/UFMS) não possui equipamentos automatizados, que são essenciais ao diagnóstico e tratamento dos pacientes atendidos. A aquisição proporcionará o atendimento de qualidade para os pacientes, além de condições favoráveis de trabalho aos servidores.

2.3. Os kits e os referidos equipamentos listados serão utilizados para atender, diariamente, as análises solicitadas pelos setores de atendimento clínico a animais de companhia, atendimento clínico a animais silvestres, atendimento clínico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento clínico a equídeos, atendimento cirúrgico a animais de companhia, atendimento cirúrgico a animais silvestres, atendimento cirúrgico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento cirúrgico a equídeos, atendimento obstétrico a pequenos e grandes ruminantes, atendimento obstétrico a animais de companhia, atendimento de urgência e emergência a animais de companhia e Serviço de Unidade de Terapia Intensiva. Além dos setores citados o laboratório atenderá os programas de pós-graduação da FAMEZ e de outras Faculdades.

2.4. Acrescenta-se a isso, a observação, desde 2018, do incremento de 15 a 20% de exames realizados devido a fatores como maior praticidade para os médicos veterinários em encaminhar as amostras para o laboratório do HOVET, assim como o aumento da conscientização da população atendida quanto a necessidade da realização desses exames no auxílio diagnóstico.

2.5. As atividades que serão desenvolvidas, utilizando esses kits e equipamentos, são capazes de interligar a Universidade com as demandas da população e permitir o contato de toda a comunidade acadêmica com a rotina de um laboratório de análises clínicas. Essa atuação causará forte impacto na melhoria das condições do ensino, assim como difusão de conhecimentos científicos, articulados a princípios éticos e de cidadania e garantirá a formação de médicos veterinários aptos, a partir das

habilidades adquiridas, com potencial para contribuir na promoção da saúde animal e humana, indicada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina Veterinária.

2.6. Os materiais poderão ser adquiridos conforme a necessidade da Instituição, de acordo com a legislação vigente, devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. 3653592.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide arts. 14 a 17 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios abaixo descritos estão embasados no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis" - 5ª Edição, disponibilizado pela Advocacia Geral da União no sítio https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf

5.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, **solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 do fabricante, comprovando seu registro regular. Foram solicitados alguns certificados de calibração nas descrições complementares de alguns itens da planilha.

5.3. "Para os demais itens relacionados na planilha, **no que couber**, em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

5.4. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis :

5.5. ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

5.6. Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

5.7. - produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração;

5.8. OBS: Nos termos do §§ 1º e 2º, do art. 3º, da IN Ibama nº 5, de 2018: Não são considerados usuários de substâncias controladas citadas no caput desse artigo, os prestadores de serviços em refrigeração e consumidores. As pessoas físicas e jurídicas que atuam na reparação de aparelhos de refrigeração ficam desobrigadas de registro no CTF/ APP.

5.9. comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

5.10. OBS: A Ficha Técnica de Enquadramento 18-7 traz as definições de produto perigoso. A expressão produtos químicos e perigosos abrange apenas produtos perigosos, conforme o Art. 17, inciso II da Lei nº 6938, de 1981. Ainda conforme a Ficha Técnica citada, o comerciante de produtos perigosos somente é obrigado a se inscrever no CTF/APP, se obrigado a autorização ou licença ambiental por órgão competente.

5.11. OBS: Conforme o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, e o art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE) e ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-contratos/licitacoes-sustentaveis>, em consulta, verificou-se

que a natureza dos produtos licitados não se encaixam no enquadramento de produtos para solicitação de etiquetas da ENCE.

5.12. Nos termos do Decreto 7.746/2012, art. 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VIII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais.

5.13. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, **solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 do fabricante, comprovando seu registro regular. Foram solicitados alguns certificados de calibração nas descrições complementares de alguns itens da planilha.

5.14. "Para os demais itens relacionados na planilha, no que couber, em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

5.15. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

5.16. Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

- produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração;

OBS: A Ficha Técnica de Enquadramento 18-7 traz as definições de produto perigoso. A expressão produtos químicos e perigosos abrange apenas produtos perigosos, conforme o Art. 17, inciso II da Lei nº 6938, de 1981. Ainda conforme a Ficha Técnica citada, o comerciante de produtos perigosos somente é obrigado a se inscrever no CTF/APP, se obrigado a autorização ou licença ambiental por órgão competente.

ATENÇÃO: OBSERVAR AS REGRAS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS NA PÁGINA DA UFMS: [PRODUTOS CONTROLADOS](#)

5.17. Legislação / Normativos correlatos:

[Instrução de Serviço 133/2004](#) – Normatiza os procedimentos a serem adotados visando o efetivo controle de produtos químicos controlados no âmbito da FUFMS.

[Portaria nº 56 – COLOG](#) – Dispõe sobre procedimentos administrativos para a concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro no Exército para o exercício de atividades com produtos controlados e dá outras providências.

[Portaria nº 240 – Polícia Federal](#) – Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

[Portaria nº 118 – COLOG](#) – Dispõe sobre a lista de Produtos Controlados pelo Exército e dá outras providências.

[Instrução de Serviço 420/2020](#) – Reconstitui a Comissão de Acompanhamento e Controle de Produtos Químicos Controlados da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1.1. O fornecimento dos materiais deverá ser parcelado, de acordo com a solicitação do LPC/FAMEZ/UFMS.

6.1.2. Os equipamentos deverão ser instalados em comodato, conforme orientação do LPC/FAMEZ/UFMS.

6.1.3. O prazo máximo de entrega dos materiais de consumo será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS.

6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.3. O prazo máximo para instalação de equipamentos em comodato será de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

6.4. Local Horário e condições de recebimento:

6.4.1. Os materiais deverão ser entregues no Laboratório de Patologia Clínica da FAMEZ/UFMS, localizado no Campus Universitário, Avenida Senador Filinto Muller, 2443, Ipiranga CEP 79074-460 – Campo Grande (MS), de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, acompanhados dos documentos e observando as exigências estipuladas neste Termo de Referência.

6.5. O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

6.6. Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

6.7. Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

6.8. A licitação é por item e a Unidade requisitante é a FAMEZ.

6.9. TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

6.10. A simples assinatura de servidor da Divisão de Desenvolvimento de Coleções correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

6.11. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.13. **Recolhimento de material enviado em desconformidade:** Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

6.13.1. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

6.13.2. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

6.14. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 6.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 6.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 6.18. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

7. DA VISTORIA

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 7.7. Ao participar da licitação, a empresa interessada, concorda em instalar, em regime de comodato, o equipamento objeto da mesma no Laboratório de Patologia Clínica da FAMEZ/UFMS, tornando público desta forma, conhecer as instalações físicas deste laboratório e reconhecendo que o mesmo tem condições técnicas para a instalação dos supracitados equipamentos, tais como espaço físico, rede elétrica, rede de internet e rede de água e temperatura ambiente. Desta forma a empresa não poderá alegar dificuldade técnica para retardar a instalação dos equipamentos.
- 7.8. Havendo necessidade de adequação da estrutura física do laboratório a empresa vencedora deverá apresentar um projeto para ser aprovado pelo responsável pelo Setor de Patologia Clínica envolvendo todas as alterações físicas necessárias a instalação dos equipamentos como rede de água, energia esgoto e reforma de espaço físico e se responsabilizar pela execução do mesmo, sem ônus para a FAMEZ/UFMS. No projeto deve conter o cronograma das modificações caso seja necessário e deverá ser assinado por um engenheiro responsável técnico.
- 7.9. O prazo para a conclusão deste cronograma não poderá ser superior a 10 dias incluindo todas as modificações necessárias para a instalação e perfeito funcionamento dos equipamentos e deverá ser entregue na fase de aceitação da proposta para se verificar a viabilidade da mesma evitando atrasos na instalação dos equipamentos.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

9.1.1.1. *Os equipamentos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.3. Fornecer, a todos os equipamentos descritos no Termo de Referência, inclusive os equipamentos reserva, cabeamento, servidores e computadores periféricos se necessário.

9.4. Atendimento técnico em Campo Grande – MS, autorizada pelo detentor da licença de comercialização, 24 horas, inclusive finais de semana e feriados.

9.5. Responder pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

9.6. Não promover substituição do produto empenhado, sem anuência expressa do contratante.

9.7. Entregar os produtos:

9.7.1. Pelo preço apresentado na proposta final.

9.7.2. Com especificações técnicas do produto constantes no presente Termo de Referência.

9.7.3. Com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses e garantia contra defeitos de fabricação, a partir da data de entrega na unidade requisitante.

9.7.4. Em embalagem íntegra, sob pena de rescisão do ajuste, independentemente das combinações legais cabíveis.

9.7.5. Constar na nota fiscal: marca, fabricante, procedência, números dos lotes dos produtos.

9.7.6. Responsabilizar-se pela substituição do produto entregue, impossibilitado de uso devido perda ou deterioração de suas características, mesmo estando dentro do prazo de validade, em condições normais de estocagem, uso e manuseio, devendo ser trocados no prazo máximo a ser determinado pelo

setor competente, contados a partir da comunicação formal do responsável pelo laboratório. O ônus de todas as despesas decorrentes da efetivação da troca será da Contratada.

9.7.7. Responsabilizar-se pelos ônus das despesas de transporte, carga e descarga, bem como ônus previsto nos ajustes decorrentes de atraso referente à entrega.

9.7.8. Zelar pela perfeita execução do fornecimento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo máximo a ser determinado pela chefia do Laboratório.

9.7.9. Apresentar documentação comprobatória do valor de mercado do equipamento a ser disponibilizado em comodato.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. DOS EQUIPAMENTOS EM COMODATO

12.2. Equipamento para Hematologia Veterinária

12.2.1. O equipamento cedido em comodato deverá ter capacidade de realizar e expressar as contagens globais de leucócitos, hemácias, plaquetas; determinação da hemoglobina e hematócrito; e o cálculo dos índices hematimétricos. A contagem de leucócitos deve diferenciar as populações leucocitárias em, no mínimo, três partes. Ser totalmente automatizado, em sistema fechado, com todos os seus acessórios, incluindo todos os manuais em português, materiais e insumos necessários à operação e manutenção de equipamento, tais como: reagentes, racks, descartáveis, controles, padrões, calibradores, impressora, toner (ou equivalente), assim como qualquer outro material indispensável.

12.2.2. Possibilidade de configuração para, no mínimo, 10 espécies animais. Deve ser acompanhado de uma fonte de alimentação elétrica própria que garanta seu funcionamento pelo período mínimo de 30 minutos quando da falta de energia elétrica no laboratório. Capacidade para realizar, no mínimo, 25 hemogramas/hora. Declaração do fabricante que se encontra em linha de produção. Possuir equipamento, reagentes e controles registrados na ANVISA. Possuir memória para armazenamento de resultados com histograma. Utilizar a metodologia de impedância com foco hidrodinâmico ou fotometria. Possuir modo aberto ou fechado (rack). Arquivos de controle de qualidade detalhado. Realizar, no mínimo, 19 parâmetros incluindo: WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, valores absolutos e porcentagens de leucócitos contados, RDW – SD, RDW – CV, PDW, MPV. Possuir volume de aspiração de amostra de no máximo 20µL. Informação de flags. Possuir ciclo de inicialização automática. Mínimo de manutenção com apenas um ciclo de desliga. Possuir programa de controle de qualidade.

12.3. Após a assinatura do contrato a contratada estará autorizada a instalar os Equipamentos no Laboratório de Patologia clínica da FAMEZ/UFMS (LPC/FAMEZ/UFMS). O prazo para a instalação dos equipamentos será de no máximo 30 dias corridos.

12.4. Os equipamentos deverão ter no máximo 3 (três) anos de uso.

12.5. Os equipamentos deverão ser transportados, entregues e totalmente instalados (incluindo bancada, nobreak e quaisquer outros suportes) sem ônus para o contratante. O mesmo recusará o equipamento se estes não tiverem em perfeitas condições de integridade, funcionamento ou não estiverem de acordo com as especificações mínimas constantes no presente Termo de referência.

12.6. A contratada deverá entregar junto com os equipamentos o manual de operação e manutenção, em português.

12.7. A contratada deverá substituir, no prazo de 48 horas, o equipamento por outro da mesma marca e modelo, ou superior, caso o mesmo apresente efeito insanável. Em caso de não cumprimento, incidirão as penalidades descritas no Termo de Referência.

12.8. O equipamento disponibilizado permanecerá no LPC/FAMEZ/UFMS sob guarda e proteção do mesmo, sob-regime de concessão gratuita do direito de uso, durante todo o período do contrato a ser celebrado.

12.9. A contratada deverá treinar aos operadores do equipamento imediatamente após a instalação do mesmo, de acordo com cronograma apresentado pelo responsável pelo Setor de Patologia Clínica, e quando solicitado, de forma a capacitar o servidor ao uso rotineiro dos mesmos.

12.10. Ao participar da licitação a empresa interessada concorda em instalar em regime de comodato os equipamentos objetos da mesma no LPC/FAMEZ/UFMS tornando público desta forma, conhecer as instalações físicas deste laboratório e reconhecendo que o mesmo tem condições técnicas para a instalação dos supracitados equipamentos, tais como espaço físico, rede elétrica, rede de internet e rede de água e temperatura ambiente. Desta forma a empresa não poderá alegar dificuldade técnica para retardar a instalação dos equipamentos.

12.11. Havendo necessidade de adequação da estrutura física do laboratório a empresa vencedora deverá apresentar um projeto para ser aprovado pelo responsável pelo Setor de Patologia Clínica envolvendo todas as alterações físicas necessárias a instalação dos equipamentos como rede de água, energia esgoto e reforma de espaço físico e se responsabilizar pela execução do mesmo, sem ônus para o FAMEZ/UFMS. No projeto deve conter o cronograma das modificações caso seja necessário e deverá ser assinado por um engenheiro responsável técnico. O prazo para a conclusão deste cronograma não poderá ser superior a 10 dias incluindo todas as modificações necessárias para a instalação e perfeito funcionamento dos equipamentos e deverá ser entregue na fase de aceitação da proposta para se verificar a viabilidade da mesma evitando atrasos na instalação dos equipamentos.

12.12. Os equipamentos devem ser retirados somente após o processamento dos reagentes adquiridos no último empenho vigente, cujo tempo médio é de 90 (noventa) dias.

12.13. **DOS REAGENTES**

12.13.1. Todos os reagentes deverão ser da mesma marca do equipamento, em suas embalagens originais, lacrada de fábrica, prontos para uso, não necessitando reconstituição, mistura e nem troca de frascos para uso, estáveis nas condições mencionadas nas respectivas bulas. As embalagens devem ter a clara identificação do produto acondicionado, condições de armazenamento, número do lote, prazo de validade, procedência e número do registro no ministério da saúde.

12.13.2. A contratada deverá fazer constar na nota fiscal o nome, lote e prazo de validade dos reagentes.

12.13.3. Todo produto entregue deverá ter a validade mínima de 70% do prazo de validade total, a contar da data da entrega do mesmo.

12.13.4. A empresa vencedora deverá também ser responsável pela destinação dos resíduos sólidos produzidos pelos kits fornecidos devendo apresentar na fase de aceitação, contrato com empresa autorizada a proceder a destinação final dos resíduos químicos e de serviços de saúde.

12.13.5. A contratada deverá entregar todo o mês um kit de sangue controle (conjunto de 3 níveis – alto, médio e baixo) e deverá contemplar pelo menos os seguintes parâmetros: RBC, WBC, HCT, HGB, VCM, HCM, CHCM, PLT, RDW-CV e SD, NEUT% e #, LINF% e # MONO% e #, EO% e #, BASO% e #.

12.14. **DOS MATERIAIS DESCARTÁVEIS, ACESSÓRIOS, PADRÕES, CALIBRADORES, CONTROLES E SANGUE CONTROLE**

12.14.1. A contratada entregará todos os produtos e acessórios necessários para a rotina de trabalho de equipamento, tais como: descartáveis, padrões, calibradores, controles, sangue controle, impressoras compatíveis com formulário contínuo padrão do LPC/FAMEZ/UFMS e toner (ou equivalente), além de todo o material envolvido na manutenção, limpeza e desobstrução do equipamento, como também qualquer outro material indispensável à operação de equipamento.

12.14.2. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

12.14.3. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo, de 12 meses, estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

12.14.4. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.

12.14.5. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.

12.14.6. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

12.14.7. Incidirão sanções e penalidades legalmente estabelecidas à adjudicatária por descumprimento das normas editalícias.

12.15. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.17. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	----------------------------------	--

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. A contratação será formalizada mediante celebração de termo de contrato.

14.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1.1. A contratada deverá obrigatoriamente, possuir assistência técnica especializada situada em Campo Grande – MS, com o responsável inscrito no CREA – MS.
- 15.1.2. A contratada deverá prestar toda a assistência técnica e científica solicitada num período máximo de duas horas após a solicitação durante as 24 horas do dia, incluindo finais de semana e feriados.
- 15.1.3. A contratada deverá substituir qualquer peça defeituosa no prazo máximo de 24 horas.
- 15.1.4. Todas as manutenções corretivas e preventivas, assim como a necessidade, se houver, de troca de quaisquer peças ou componentes dos equipamentos, ou o próprio equipamento, ficará por conta da contratada, sem ônus para a FAMEZ/UFMS.
- 15.1.5. Caso seja necessária a remoção do (s) equipamento (s) para realizar consertos ou manutenções, a contratada deverá disponibilizar equipamento idêntico e em perfeitas condições de funcionamento para substituição e providenciar todos os meios necessários para o transporte, inclusive embalagem, pagamento de impostos, seguros e outros emolumentos e também deverá providenciar equipamento reserva para a realização dos exames.
- 15.1.6. A contratada deverá manter no Setor de Patologia Clínica da FAMEZ/UFMS, em local de fácil acesso, uma planilha demonstrando todas as manutenções corretivas e preventivas realizadas no equipamento.

16. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. DOS REAGENTES

- 16.1.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 16.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16.2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 16.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, considerando que haverá manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos em comodato, já prevista em contrato por 12 meses.
- 16.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.2.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do

equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

16.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

16.2.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar, simultaneamente, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

16.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

17.2. Não celebrar o contrato:

17.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

17.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

17.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

17.3. Sanções aplicáveis para as condutas 17.2.1, 17.2.2, 17.2.3:

17.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

17.3.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

17.4. Apresentar documentação falsa:

17.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;

17.4.2. adulterar documento, público ou particular;

17.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

17.5. Sanções aplicáveis para as condutas 17.4.1, 17.4.2, 17.4.3:

17.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;

17.5.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 3 (três) anos;

17.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

17.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:

17.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.

17.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

17.7. Sanções aplicáveis para a conduta 17.6.1:

17.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.

17.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

17.8. Sanções aplicáveis para a conduta 17.6.2:

17.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;

17.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;

17.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

17.9. Falhar na execução do contrato

17.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;

17.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;

17.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;

17.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;

17.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.

17.10. Sanções aplicáveis para as condutas 17.9.1, 17.9.2, 17.9.3, 17.9.4, 17.9.5:

17.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;

17.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;

17.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;

17.11. Fraudar na execução do contrato

17.11.1. elevar arbitrariamente os preços;

17.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;

17.11.3. entregar um material por outro;

17.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;

17.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;

17.12. Sanções aplicáveis para as condutas 17.11.1, 17.11.2, 17.11.3, 17.11.4, 17.11.5:

17.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido

17.13. Comportar-se de modo inidôneo

17.13.1. realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;

17.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;

17.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;

17.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

17.14. Sanções aplicáveis para as condutas 17.13.1, 17.13.2, 17.13.3, 17.13.4:

17.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;

17.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%

17.15. Cometer fraude fiscal

17.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

17.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;

17.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais

17.16. Sanções aplicáveis para as condutas 17.15.1, 17.15.2, 17.15.3:

17.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;

17.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.

17.17. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.18.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.18.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.18.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.

17.20. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.20.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.21. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.24. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.25. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.26. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Deverão constar na proposta de preços os seguintes documentos das empresas participantes:

18.4. Licença sanitária da participante com o ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida pelo órgão de fiscalização sanitária da esfera Estadual ou Municipal ao qual está sob jurisdição, devendo estar com a validade em vigência. 7.1.2 - Autorização de funcionamento da licitante ou fabricante.

18.5. Registro no ministério da saúde, certificados de Registro dos materiais expedidos pela ANVISA, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, identificando o número do item correspondente. Caso tenha algum produto que seja dispensado de registro, apresentar cópia do Comunicado de Aceitação de Notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.

18.6. Proposta com especificações técnicas e garantia detalhada do produto ofertado, para análise.

18.7. Possuir cadastro e documentações atualizadas junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Poder Executivo Federal – SICAF ou apresentar toda a documentação que o supra.

18.8. Para participar da presente licitação, o interessado deverá apresentar um contrato com uma empresa de interfaceamento, assinado por responsável técnico e com comprovação que já realizou com sucesso o interfaceamento do equipamento oferecido em comodato ou equipamento semelhante, mas do mesmo fabricante do equipamento ofertado com o atestado de capacidade técnica do local aonde o equipamento foi instalado, informando prazos e cronograma de interfaceamento dos equipamentos.

18.9. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.10. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.11. *Os critérios de aceitabilidade de preços serão:*

18.12. *Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais)*

18.13. *Valores unitários MÁXIMOS ACEITÁVEIS: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.*

18.14. O critério de julgamento da proposta é o menor preço POR ITEM

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS

19.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

19.2. A metodologia utilizada para a obtenção de preços encontra-se no documento SEI 4049516.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. Fonte 250 - Recursos próprios da FAMEZ.

20.2. Func. de Instituições Federais de Ensino Superior – FORDHOV

20.3. Fonte OCC - FAMEZ

21. INFORMAÇÕES GERAIS

21.1. ESTIMATIVA DE CUSTO

21.2. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, **taxas, fretes, transportes, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.**

21.3. Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresentasse um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

21.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

21.5. Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

21.6. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

21.7. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

- 21.8. Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- 21.9. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- 21.10. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 21.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 21.12. **EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES:**
- 21.13. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.
- 21.14. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.
- 21.15. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, ***sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.***
- 21.16. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.
- 21.17. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.
- 21.18. **DA AMOSTRA**
- 21.19. **Quando e se for o caso**, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec 7892/2013).** A amostra deverá ser entregue diretamente na Gerência de Recursos Materiais – UFMS – Avenida Costa e Silva- prédio das Pró-Reitorias-UFTMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.
- 21.20. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.
- 21.21. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os seguintes critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.
- 21.22. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.
- 21.23. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.
- 21.24. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 20 (vinte) dias.

22. UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO

- 22.1. Unidades requisitantes deste termo de referência: FAMEZ

23. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

- 23.1. Documento de Formalização de Demanda - 4029645
- 23.2. Estudo Técnico Preliminar - 4029651
- 23.3. Mapa Comparativo de Preços, Orçamentos e e-mails - 4048930

Este termo de referência segue assinado pelo servidor Elaborador. Posteriormente, deverá ser aprovado, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, IN 40 SEGES/ME de 22/05/2020.

O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

ESTA MINUTA FOI ATUALIZADA EM 31/08/2021 CONFORME MODELO DISPONIBILIZADO PELA AGU em Agosto de 2021, CONFORME DECRETO 10.024 e IN 40 SEGES/ME de 22/05/2020 .



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Padua Leite, Coordenador(a) Administrativo(a)**, em 12/05/2023, às 07:20, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4053220** e o código CRC **B706EA02**.